

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

CONTINUING TEACHER EDUCATION FOR INCLUSIVE EDUCATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

FORMACIÓN CONTINUA DE DOCENTES PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS

Daiane de Lourdes Alves Velho¹

Elinete Lins de Vieira²

Luciana Oczinski Vieira³

Sandra Maria dos Santos Vital⁴

RESUMO: A educação inclusiva ocupa posição de destaque no cenário educacional brasileiro, em razão da necessidade de assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos. Tem como objetivo analisar a formação dos professores. A formação continuada de professores destaca-se como um elemento fundamental para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas, favorecendo o desenvolvimento de competências que possibilitam atender à diversidade. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais que abordam a temática. A discussão apoia-se em estudos de Mantoan (2022), Glat (2021) e Nóvoa (2020), além de documentos normativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Decreto nº 10.502/2020. Os resultados evidenciam que a formação continuada contribui para ampliar os conhecimentos docentes, estimular a reflexão sobre a prática pedagógica e promover estratégias de ensino mais acessíveis e participativas. Portanto ainda persistem desafios relacionados à insuficiência de formações específicas, às limitações estruturais das escolas, à escassez de recursos pedagógicos e ao reduzido apoio institucional. Podemos constatar que o fortalecimento de políticas de formação continuada, articuladas entre universidades, sistemas de ensino e escolas, constitui uma estratégia indispensável para o desenvolvimento profissional dos docentes e para a construção de uma educação inclusiva pautada na equidade, no respeito às diferenças e na garantia do direito à aprendizagem de todos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação Continuada. Docência. Escola Pública.

¹Doutoranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College.

²Doutoranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College.

³Doutoranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College.

⁴Doutoranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College.

ABSTRACT: Inclusive education occupies a prominent position in the Brazilian educational landscape due to the need to ensure access, permanence, participation, and learning opportunities for all students. This study aims to analyze teacher education, emphasizing continuing teacher education as a fundamental element for strengthening inclusive pedagogical practices and fostering the development of competencies that enable educators to address student diversity. The research is qualitative in nature and was conducted through a bibliographic review based on books, scientific articles, legislation, and official documents related to the topic. The discussion is grounded in the studies of Mantoan (2022), Glat (2021), and Nóvoa (2019), as well as normative documents such as the National Education Guidelines and Framework Law (Law No. 9,394/1996), the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008), and Decree No. 10,502/2020. The findings indicate that continuing teacher education contributes to expanding teachers' knowledge, encouraging critical reflection on pedagogical practice, and promoting more accessible and participatory teaching strategies. However, challenges remain, including the shortage of specialized training opportunities, structural limitations within schools, insufficient pedagogical resources, and limited institutional support. The study concludes that strengthening continuing education policies through collaboration among universities, education systems, and schools is essential for teachers' professional development and for building an inclusive education system grounded in equity, respect for diversity, and the guarantee of every student's right to learn.

Keywords: Inclusive Education. Continuing Teacher Education. Teaching. Public School.

RESUMEN: La educación inclusiva ocupa un lugar destacado en el escenario educativo brasileño debido a la necesidad de garantizar el acceso, la permanencia, la participación y el aprendizaje de todos los estudiantes. Este estudio tiene como objetivo analizar la formación del profesorado, destacando la formación continua como un elemento fundamental para fortalecer las prácticas pedagógicas inclusivas y favorecer el desarrollo de competencias que permitan atender la diversidad presente en las aulas. La investigación se caracteriza por ser de naturaleza cualitativa y fue desarrollada mediante una revisión bibliográfica, fundamentada en libros, artículos científicos, legislaciones y documentos oficiales relacionados con la temática. La discusión se sustenta en los estudios de Mantoan (2022), Glat (2021) y Nóvoa (2019), además de documentos normativos como la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (Ley n.º 9.394/1996), la Política Nacional de Educación Especial desde la Perspectiva de la Educación Inclusiva (2008) y el Decreto n.º 10.502/2020. Los resultados evidencian que la formación continua contribuye a ampliar los conocimientos de los docentes, fomentar la reflexión sobre la práctica pedagógica y promover estrategias de enseñanza más accesibles y participativas. Sin embargo, aún persisten desafíos relacionados con la insuficiencia de programas de formación específicos, las limitaciones estructurales de las escuelas, la escasez de recursos pedagógicos y el reducido apoyo institucional. Se concluye que el fortalecimiento de las políticas de formación continua, articuladas entre universidades, sistemas educativos y escuelas, constituye una estrategia indispensable para el desarrollo profesional del profesorado y para la construcción de una educación inclusiva basada en la equidad, el respeto por las diferencias y la garantía del derecho al aprendizaje para todos.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Formación Continua. Docencia. Escuela Pública.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar tornou-se um dos principais compromissos da educação brasileira nas últimas décadas. Garantir que todos os estudantes tenham acesso, participação e oportunidades de aprendizagem exige mudanças que vão além da matrícula na escola regular. É necessário construir práticas pedagógicas capazes de reconhecer as diferenças como parte do processo educativo e promover condições para que cada estudante desenvolva seu potencial.

Nesse contexto, o professor ocupa papel central. Entretanto, muitos profissionais relatam dificuldades para atender às diferentes necessidades presentes na sala de aula, especialmente quando não tiveram, durante sua formação inicial, oportunidades suficientes para estudar a educação inclusiva de forma aprofundada. Essa realidade evidencia a importância da formação continuada como um espaço permanente de aprendizagem, reflexão e aperfeiçoamento profissional.

O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, instituído pelo Ministério da Educação, tem como propósito apoiar os sistemas de ensino na construção de uma educação cada vez mais inclusiva. Para isso, promove ações de formação voltadas a gestores e professores dos municípios brasileiros, buscando fortalecer práticas educacionais que assegurem o direito de todos os alunos ao acesso e à permanência na escola. Vale destacar que o programa também incentiva a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implementação de condições de acessibilidade, contribuindo para a efetivação de uma educação inclusiva (BRASIL, 2003).

Os avanços da legislação brasileira evidenciam a preocupação em garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes. Documentos como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Base Nacional Comum Curricular reforçam a importância da formação docente para que os professores estejam preparados para atuar em contextos marcados pela diversidade.

Apesar desses avanços, a realidade das escolas demonstra que ainda existem desafios relacionados à formação inicial e às oportunidades de aperfeiçoamento profissional, o que pode dificultar a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Partindo dessa realidade, este estudo tem como objetivo analisar a contribuição da formação continuada para o fortalecimento da educação inclusiva na escola pública. Busca-se refletir sobre os desafios enfrentados pelos professores, as possibilidades proporcionadas pelos processos formativos e a importância da formação permanente para o aprimoramento da prática pedagógica, contribuindo para a

construção de uma educação fundamentada na equidade, no respeito às diferenças e na garantia do direito à aprendizagem de todos os alunos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva tem como base o princípio de que todos os alunos têm direito ao acesso, à participação e à aprendizagem em classes comuns, independentemente de suas características, condições ou necessidades educacionais. Nessa perspectiva, a escola é desafiada a reorganizar suas práticas pedagógicas, seus recursos e sua cultura institucional para garantir a participação de todos. Para Mantoan (2022), a inclusão pressupõe a transformação da escola, rompendo com modelos excludentes e valorizando a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Essa compreensão converge com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que orienta os sistemas de ensino a promoverem condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.

A consolidação desse processo depende, em grande medida, da formação dos professores. Mantoan (2022) argumenta que ensinar em uma perspectiva inclusiva exige muito mais do que domínio dos conteúdos curriculares, sendo necessário compreender as diferenças como parte da prática pedagógica. Nessa mesma direção, Glat (2021) afirma que a formação docente constitui um dos principais fatores para a construção de escolas inclusivas, uma vez que possibilita o desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula.

Ao discutir o desenvolvimento profissional docente, Nóvoa (2019) destaca que a formação precisa estar vinculada ao cotidiano escolar, permitindo que os professores analisem suas experiências, compartilhem desafios e construam novos saberes a partir da prática. Essa concepção aproxima-se das contribuições de Imbernón (2011), para quem a formação continuada deve ocorrer de maneira permanente, colaborativa e contextualizada, favorecendo processos coletivos de aprendizagem e inovação pedagógica. Na mesma perspectiva, Freire (1996) compreende a formação docente como um processo contínuo de reflexão crítica sobre a prática educativa. Para o autor, ensinar implica aprender constantemente, em um movimento permanente de ação e reflexão. Esse entendimento dialoga com Schön (2000), ao defender que o professor reflexivo desenvolve novos conhecimentos quando analisa criticamente as situações vivenciadas no exercício da docência e ressignifica sua prática a partir delas.

A formação inicial, por si só, não é suficiente para responder à complexidade das demandas presentes na escola inclusiva. Para Freire (1996), ensinar exige reflexão crítica permanente sobre a prática, enquanto Nóvoa (2019) defende que o desenvolvimento profissional ocorre de forma contínua, em diálogo com as experiências vividas no cotidiano escolar. Além dos aspectos relacionados à formação, os documentos legais reforçam a responsabilidade do Estado e das instituições de ensino na garantia da educação inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) assegura o atendimento às necessidades educacionais dos estudantes, enquanto a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) reafirma o direito à igualdade de oportunidades e à eliminação de barreiras. Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) orienta que a diversidade seja reconhecida como princípio educativo, favorecendo práticas pedagógicas mais equitativas.

Dessa forma, observa-se que a efetivação da educação inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, formação docente e compromisso institucional. As contribuições de Mantoan (2022), Glat (2021), Nóvoa (2019), Imbernón (2011), Freire (1996), Schön (2000), bem como os

documentos normativos brasileiros (BRASIL, 1996; 2008; 2015; 2018), os estudos analisados convergem ao demonstrar que a formação continuada constitui um dos principais instrumentos para o fortalecimento da educação inclusiva. Ao possibilitar a atualização dos conhecimentos, a reflexão sobre a prática pedagógica e a troca de experiências entre os profissionais da educação, esse processo favorece o desenvolvimento de estratégias de ensino mais flexíveis e adequadas às diferentes necessidades dos estudantes. Além disso, a formação permanente amplia a capacidade dos professores de identificar barreiras à aprendizagem, planejar intervenções pedagógicas mais efetivas e utilizar recursos que promovam a participação de todos os alunos nas atividades escolares. Entretanto, a efetivação de uma educação inclusiva não depende exclusivamente da iniciativa individual dos professores. É essencial que os sistemas de ensino invistam em políticas públicas que garantam condições para a formação continuada, oferecendo programas permanentes de qualificação, suporte pedagógico, acompanhamento técnico e oportunidades de desenvolvimento profissional ao longo da carreira. Da mesma forma, as instituições escolares precisam criar espaços de estudo, diálogo e trabalho colaborativo, favorecendo a construção coletiva de conhecimentos e o compartilhamento de experiências entre professores, gestores e demais profissionais da educação.

Nesse sentido, investir na formação continuada significa fortalecer a prática docente e contribuir para a construção de uma escola mais preparada para acolher a diversidade presente em seu cotidiano. Quando o professor encontra oportunidades para aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir sobre sua atuação, amplia suas possibilidades de desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, respeitando as singularidades dos estudantes e promovendo sua participação no processo de ensino e aprendizagem. Assim, a formação continuada configura-se como um elemento essencial para a concretização de uma educação comprometida com a equidade, o respeito às diferenças e a garantia do direito à aprendizagem de todos os alunos.

A Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI), instituída pelo Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, reafirma o compromisso assumido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, defendendo a consolidação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Além disso, assegura aos estudantes público-alvo da educação especial o direito à educação de qualidade, em igualdade de oportunidades com os demais estudantes (BRASIL, 2025).

PERCURSO METODOLÓGICO

4

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica. A investigação foi desenvolvida por meio da consulta a livros, artigos científicos, dissertações, documentos oficiais e legislações relacionadas à educação inclusiva e à formação de professores.

Foram selecionadas publicações recentes, especialmente entre os anos de 2020 e 2025, disponíveis em bases como SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico. A escolha desse recorte permitiu analisar pesquisas atualizadas sobre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os estudos analisados evidenciam que a formação continuada exerce influência direta na qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores. Os autores consultados concordam que docentes que participam regularmente de ações formativas demonstram maior segurança para planejar atividades diversificadas, adaptar estratégias de ensino e utilizar recursos capazes de favorecer a participação dos alunos.

Ao mesmo tempo, a literatura revela que a formação, isoladamente, não resolve todos os desafios da inclusão. Questões relacionadas à infraestrutura das escolas, ao acesso às tecnologias assistivas, à disponibilidade de materiais pedagógicos e ao apoio das equipes gestoras também interferem na efetivação das práticas inclusivas. Outro aspecto recorrente refere-se à necessidade de fortalecer o trabalho colaborativo entre professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), gestores e famílias. Essa articulação favorece a construção de estratégias mais eficientes para atender às diferentes necessidades dos alunos. Dessa forma, observa-se que a inclusão depende tanto da qualificação docente quanto da existência de políticas públicas consistentes e investimentos permanentes nas condições de funcionamento das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite afirmar que a formação continuada representa um dos principais caminhos para fortalecer a educação inclusiva na escola pública. Ao proporcionar atualização profissional, troca de experiências e reflexão sobre a prática, contribui para que os professores desenvolvam maior segurança e ampliem suas possibilidades de atuação. Entretanto, a efetivação da inclusão não depende exclusivamente da formação docente. necessário que as redes de ensino garantam investimentos em infraestrutura, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e políticas públicas permanentes que ofereçam suporte ao trabalho desenvolvido nas escolas. Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre a formação de professores e incentive novas pesquisas voltadas à análise de experiências desenvolvidas nas redes públicas de ensino, fortalecendo a construção de uma educação cada vez mais inclusiva e comprometida com a aprendizagem de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. **Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. **Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2022.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019.

6

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York, 2006. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.